



FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS

Diretoria de Administração e Gestão

Coordenação-Geral de Orçamento, Contabilidade e Finanças

Coordenação de Contabilidade

Notas Explicativas/Informações Contábeis da FUNAI

Órgão 30202

1º TRIMESTRE

2025

1 INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 INTRODUÇÃO

A Fundação Nacional dos Povos Indígenas - Funai foi instituída por meio da Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967 sob a denominação de Fundação Nacional do Índio e passou a ter a nova denominação por força do art. 58 da Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023. A entidade da administração pública federal indireta, está vinculada ao Ministério dos Povos Indígenas, conforme Decreto nº 11.355 de 01 de janeiro de 2023 e é composta por duas diretorias finalísticas que atuam diretamente junto às comunidades indígenas e uma diretoria de suporte e gerenciamento que busca prover condições estruturais para o funcionamento da Fundação, além de um Museu e várias unidades descentralizadas. A Funai é a principal executora da política indigenista da União Federal.

As Demonstrações Contábeis são apuradas a partir das informações do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e consolidam a execução orçamentária, financeira e patrimonial das unidades gestoras da FUNAI, constantes da tabela abaixo:

UG	Coordenação Regional
190004	Coordenação Regional Ji Paraná
194003	Coordenação Regional de Cacoal
194004	Coordenação Regional Guajará-Mirim
194005	Coordenação Regional Alto Purus/AC
194006	Coordenação Regional Manaus
194007	Coordenação Regional Vale do Javari
194008	Coordenação Regional Rio Negro
194009	Coordenação Regional Roraima
194010	Coordenação Regional Centro Leste do Pará
194011	Coordenação Regional Baixo Tocantins
194012	Coordenação Regional Tapajós
194018	Coordenação Regional Baixo São Francisco
194019	Coordenação Regional MG e ES
194020	Coordenação Regional Campo Grande/MS
194022	Museu do Índio
194026	Coordenação Regional Guarapuava
194027	Coordenação Regional Passo Fundo/RS
194028	Coordenação Regional Cuiabá
194029	Coordenação Regional Xavante
194031	Coordenação Regional Xingu
194033	Coordenação Regional Araguaia Tocantins/TO
194035	SEDE
194036	Coordenação Regional Norte do Mato Grosso
194041	Coordenação Regional Nordeste II/CE
194042	Coordenação Regional Ribeirão Cascalheira
194044	Coordenação Regional Kaypó Sul do Pará/PA
194045	Coordenação Regional Madeira
194046	Coordenação Regional Litoral Sudeste
194047	Coordenação Regional Litoral Sul

194048	Coordenação Regional Médio Purus
194049	Coordenação Regional Juruá
194061	Coordenação Regional Interior Sul
194063	Coordenação Regional Alto Solimões
194064	Coordenação Regional Dourados
194067	Coordenação Regional Noroeste do Mato Grosso
194068	Coordenação Regional Sul da Bahia
194074	Coordenação Regional Maranhão
194075	Coordenação Regional Amapá e Norte do Pará
194077	Coordenação Regional Nordeste 1
194079	Coordenação Regional João Pessoa
194085	Coordenação Regional Ponta Porã
194088	Unidade Orçamentária
194151	Diretoria de Proteção Territorial
194152	Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável

1.2 BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis (DCONs) da Fundação Nacional dos Povos Indígenas/FUNAI são elaboradas observando as normas vigentes no Brasil, Lei 4.320/64, Lei Complementar 101/2000 – LRF, Decreto Lei 200/1967 – Decreto 93.872/1986, Lei 10.180/2001, e as NBCASP (*Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade*): NBC TSP (*Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 01 a 21; NBC T 16.7 e NBC T 16.11*); as instruções do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9^a edição; a estrutura proposta no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) (*Portaria STN nº 700/2014*), bem como o Manual SIAFI, que contém orientações e procedimentos específicos por assunto (macrofunções).

As Notas Explicativas da FUNAI são elaboradas a partir da análise dos demonstrativos: Balanço Patrimonial (BP); Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP); Balanço Orçamentário (BO); Balanço Financeiro (BF) e Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

1.3 Balanço Patrimonial (1º Trimestre - 2025)

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
ATIVO CIRCULANTE	115.994.012,30	102.167.419,21	PASSIVO CIRCULANTE	112.342.988,06	100.869.350,85
Caixa e Equivalentes de Caixa	40.692.393,08	37.750.288,86	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	72.700.071,55	57.688.722,14
Créditos a Curto Prazo	74.903.459,02	63.979.174,12	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	74.903.459,02	63.979.174,12	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	2.090.411,40	967.473,50
Demais Créditos e Valores	74.903.459,02	63.979.174,12	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto	-	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
Estoques	398.160,20	437.956,23	Demais Obrigações a Curto Prazo	37.552.505,11	42.213.155,21
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-			
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	259.290.168.225,24	259.209.299.794,08	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	50.181.047,16	48.538.418,91	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	-	-
Créditos a Longo Prazo	50.181.047,16	48.538.418,91	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Divida Ativa Não Tributária	8.468.021,82	8.454.041,39	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Divida Ativa Não Tributária	8.468.021,82	8.454.041,39	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	417.025,34	40.084.377,52	Transferências Fiscais a Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	417.025,34	40.084.377,52	Provisões a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	37.552.505,11	42.213.155,21
Investimentos	692,10	692,10	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	112.342.988,06	100.869.350,85
Participações Permanentes	73,64	73,64	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Participações Avaliadas p/Méto do da Equivalência Patrimonial	0,35	0,35	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
Participações Avaliadas pelo Méto de Custo	73,29	73,29	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Reservas de Capital	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	Reservas de Lucros	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Demais Reservas	151.873.737.799,12	151.873.737.799,12
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Resultados Acumulados	107.420.081.450,36	107.336.860.063,32
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Resultado do Exercício	10.824.864,01	641.031.949,21
Demais Investimentos Permanentes	618,46	618,46	Resultados de Exercícios Anteriores	107.336.860.063,32	106.681.311.931,31
Demais Investimentos Permanentes	618,46	618,46	Ajustes de Exercícios Anteriores	72.396.523,03	14.516.182,80
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
Imobilizado	259.232.775.106,43	259.153.549.303,52	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	259.293.819.249,48	259.210.597.862,44
Bens Móveis	298.227.324,35	220.090.316,67			
Bens Móveis	408.043.887,14	327.630.664,71			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-09.816.562,79	-107.540.348,04			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			
Bens Imóveis	258.934.547.782,08	258.933.458.986,85			
Bens Imóveis	258.934.987.104,72	258.933.872.363,43			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-439.322,64	-413.376,58			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	7.211.379,55	7.211.379,55			
Softwares	7.193.611,57	7.193.611,57			
Softwares	7.193.611,57	7.193.611,57			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	17.767,98	17.767,98			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	17.767,98	17.767,98			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Patrimônio Cultural	-	-			
Patrimônio Cultural	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Patrimônio Cultural	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Patrimônio Cultural	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	259.406.162.237,54	259.311.467.213,29	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	259.406.162.237,54	259.311.467.213,29

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCIEROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
ATIVO FINANCEIRO	40.786.147,07	37.844.042,85	PASSIVO FINANCEIRO	895.884.492,91	493.270.654,49
ATIVO PERMANENTE	259.365.376.090,47	259.273.623.170,44	PASSIVO PERMANENTE	56.582.474,48	51.136.803,71
			SALDO PATRIMONIAL	258.453.695.270,15	258.767.059.755,09

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	121.223.753,81	121.554.308,62	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	1.184.764.354,95	1.131.680.707,24
Atos Potenciais Ativos	121.223.753,81	121.554.308,62	Atos Potenciais Passivos	1.184.764.354,95	1.131.680.707,24
Garantias e Contragarantias Recebidas	17.447.738,96	17.266.096,82	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos	103.758.014,85	104.270.211,80	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos	24.840.539,35	28.840.539,35
Direitos Contratuais	18.000,00	18.000,00	Obrigações Contratuais	1.159.923.815,60	1.102.840.677,89
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	121.223.753,81	121.554.308,62	TOTAL	1.184.764.354,95	1.131.680.707,24

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DéFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS		SUPERÁVIT/DEFÍCIT FINANCEIRO	
Recursos Ordinários			-654.678.944,89
Recursos Vinculados			-200.419.400,95
Educação			-712.051,90
Seguridade Social (Exceto Previdência)			-135.217.769,65
Previdência Social (RPPS)			-59.815.626,59
Dívida Pública			-6.553.428,66
Fundos, Órgãos e Programas			1.884.749,17
Recursos Não Clasificados			-5.273,32
TOTAL			-855.098.345,84

1.4 Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP (1º Trimestre - 2025)

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	2025	2024
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	397.444.460,11	327.602.269,46
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.179,45	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	1.179,45	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	48,51	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	48,51	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	389.560.952,02	324.946.545,74
Transferências Intragovernamentais	387.873.527,10	324.802.483,41
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências dos Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	1.687.424,92	144.062,33
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	7.544.620,28	2.567.211,60
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	4.001.780,00	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	3.542.840,28	2.567.211,60
Reversão da Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	337.659,85	88.512,12
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	386.619.596,10	320.076.607,62
Pessoal e Encargos	62.969.758,68	53.955.552,45
Remuneração a Pessoal	47.830.730,90	43.710.796,47
Encargos Patronais	8.601.016,32	6.072.206,41
Benefícios a Pessoal	4.795.831,51	3.359.190,37
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	1.742.179,95	813.359,20
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	61.223.781,83	56.616.357,51
Aposentadorias e Reformas	46.157.908,61	42.900.283,08
Pensões	14.192.087,64	13.067.718,94
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	873.785,58	648.355,49
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	66.532.167,07	49.538.883,49
Uso de Material de Consumo	5.795.287,85	6.583.660,10
Serviços	58.768.545,37	41.276.939,16
Depreciação, Amortização e Exaustão	1.968.333,85	1.678.284,23
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	47.746,13	11.120,58
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	47.746,13	11.120,58
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	192.925.154,79	156.225.832,91
Transferências Intragovernamentais	192.420.775,82	156.141.750,46
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	504.378,97	84.082,45
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	1.339.803,96	3.032.703,57
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	14.859,18	335.510,63
Incorporação de Passivos	1.098.658,82	2.634.713,54
Desincorporação de Ativos	226.285,96	62.479,40
Tributárias	168.044,59	134.450,20
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	143.938,68	109.881,28
Contribuições	24.105,91	24.568,92
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	1.413.139,05	561.706,91
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	1.413.139,05	561.706,91
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	10.824.864,01	7.525.661,84

1.5 Balanço Orçamentário (1º Trimestre - 2025)

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS		RECEITA			
		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES				45.324,65	45.324,65
Receitas Tributárias					
Impostos					
Taxes					
Contribuições de Melhoria					
Receitas de Contribuições					
Contribuições Sociais					
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico					
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação					
Receita Patrimonial					
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado					
Valores Mobiliários					
Delegação de Serviços Públicos					
Exploração de Recursos Naturais					
Exploração do Patrimônio Intangível					
Cessão de Direitos					
Demais Receitas Patrimoniais					
Receita Agropecuária					
Receita Industrial					
Receitas de Serviços					
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais					
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte					
Serviços e Atividades Referentes à Saúde					
Serviços e Atividades Financeiras					
Outros Serviços					
Transferências Correntes					
Outras Receitas Correntes				45.324,65	45.324,65
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais					
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos				-190.189,53	-190.189,53
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio					
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital					
Demais Receitas Correntes				235.514,18	235.514,18
RECEITAS DE CAPITAL					
Operações de Crédito					
Operações de Crédito Internas					
Operações de Crédito Externas					
Alienação de Bens					
Alienação de Bens Móveis					
Alienação de Bens Imóveis					
Alienação de Bens Intangíveis					
Amortização de Empréstimos					
Transferências de Capital					
Outras Receitas de Capital					
Integralização do Capital Social					
Resultado do Banco Central do Brasil					
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional					
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional					
Demais Receitas de Capital					
SUBTOTAL DE RECEITAS				45.324,65	45.324,65
REFINANCIAMENTO					
Operações de Crédito Internas					
Mobiliária					
Contratual					
Operações de Crédito Externas					
Mobiliária					
Contratual					
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO				45.324,65	45.324,65
DEFÍCIT				597.158.457,94	597.158.457,94
TOTAL				597.203.782,59	597.203.782,59
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS					
Superávit Financeiro					
Excesso de Arrecadação					
Créditos Cancelados					

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	607.492.713,00	607.492.713,00	597.203.782,59	145.374.152,78	104.748.290,68	10.288.930,41
Pessoal e Encargos Sociais	531.796.213,00	531.796.213,00	531.796.213,00	115.713.308,65	79.194.316,95	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	75.696.500,00	75.696.500,00	65.407.569,59	29.660.844,13	25.553.973,73	10.288.930,41
DESPESAS DE CAPITAL						
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA						
SUBTOTAL DAS DESPESAS	607.492.713,00	607.492.713,00	597.203.782,59	145.374.152,78	104.748.290,68	10.288.930,41
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA /						
Amortização da Dívida Interna						
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa						
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	607.492.713,00	607.492.713,00	597.203.782,59	145.374.152,78	104.748.290,68	10.288.930,41
TOTAL	607.492.713,00	607.492.713,00	597.203.782,59	145.374.152,78	104.748.290,68	10.288.930,41

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	92.026.970,75	300.164.670,49	46.983.194,54	45.554.094,51	857.331,50	345.780.215,23
Pessoal e Encargos Sociais	5.804.524,85	8.604.401,20	778.725,18	517.987,50	-	13.890.938,55
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	86.222.445,90	291.560.269,29	46.204.469,36	45.036.107,01	857.331,50	331.889.276,68
DESPESAS DE CAPITAL	11.292.419,74	40.054.046,37	7.073.236,14	6.801.524,25	329.995,65	44.214.946,21
Investimentos	11.292.419,74	37.183.606,59	7.073.236,14	6.801.524,25	329.995,65	41.344.506,43
Inversões Financeiras	-	2.870.439,78	-	-	-	2.870.439,78
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	103.319.390,49	340.218.716,86	54.056.430,68	52.355.618,76	1.187.327,15	389.995.161,44

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	819.052,76	47.634.625,46	35.859.426,21	519.499,00	12.074.753,01
Pessoal e Encargos Sociais	334.269,14	41.873.688,89	30.557.509,75	486.326,29	11.164.121,99
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	484.783,62	5.760.936,57	5.301.916,46	33.172,71	910.631,02
DESPESAS DE CAPITAL	305.635,77	110.270,66	109.443,86	-	306.462,57
Investimentos	305.635,77	110.270,66	109.443,86	-	306.462,57
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	1.124.688,53	47.744.896,12	35.968.870,07	519.499,00	12.381.215,58

1.6 Balanço Financeiro (1º Trimestre - 2025)

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
Receitas Orçamentárias	45.324,65	169.580,57	Despesas Orçamentárias	597.203.782,59	443.293.871,80
Ordinárias	-	-	Ordinárias	350.420.090,59	394.137.134,80
Vinculadas	237.130,23	169.580,57	Vinculadas	246.783.692,00	49.156.737,00
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	173.190.699,00	
Fundos, Órgãos e Programas	237.130,23	169.580,57	Previdência Social (RPPS)	73.592.993,00	49.156.737,00
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-191.805,58	-			
Transferências Financeiras Recebidas	387.873.527,10	324.802.483,41	Transferências Financeiras Concedidas	192.414.585,58	156.141.750,46
Resultantes da Execução Orçamentária	280.800.068,76	243.176.678,00	Resultantes da Execução Orçamentária	138.582.122,16	120.790.994,59
Repasso Recebido	142.246.969,74	122.416.123,33	Repasso Concedido	29.023,14	30.439,92
Sub-repasso Recebido	138.447.762,92	120.760.253,07	Sub-repasso Concedido	138.447.762,92	120.760.253,07
Sub-repasso Devolvido	105.336,10	301,60	Sub-repasso Devolvido	105.336,10	301,60
Independentes da Execução Orçamentária	107.073.458,34	81.625.805,41	Independentes da Execução Orçamentária	53.832.463,42	35.350.755,87
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	103.076.337,24	69.772.466,20	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	53.500.841,44	35.154.141,83
Movimentação de Saldos Patrimoniais	3.997.121,10	11.853.339,21	Movimento de Saldos Patrimoniais	331.621,98	196.614,04
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	493.063.145,54	353.799.738,68	Pagamentos Extraorçamentários	88.421.524,90	78.930.715,72
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	40.625.862,10	39.389.604,98	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	35.968.870,07	42.527.903,43
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	451.829.629,81	314.111.479,69	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	52.355.618,76	36.252.918,81
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	281.625,00	113.490,72	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	85.337,75	113.414,77
Outros Recebimentos Extraorçamentários	326.028,63	185.163,29	Outros Pagamentos Extraorçamentários	11.698,32	36.478,71
Arrecadação de Outra Unidade	326.028,63	185.163,29	Valores Compensados		8.209,11
			Demais Pagamentos	11.698,32	28.269,60
Saldo do Exercício Anterior	37.750.288,86	36.991.969,99	Saldo para o Exercício Sequente	40.692.393,08	37.397.434,67
Caixa e Equivalentes de Caixa	37.750.288,86	36.991.969,99	Caixa e Equivalentes de Caixa	40.692.393,08	37.397.434,67
TOTAL	918.732.286,15	715.763.772,65	TOTAL	918.732.286,15	715.763.772,65

1.7 Demonstrações dos Fluxos de Caixa (1º Trimestre - 2025)

	2025	2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	9.853.072,33	5.849.933,47
INGRESSOS	388.526.505,38	325.270.717,99
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	45.324,65	169.580,57
Transferências Recebidas		
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	388.481.180,73	325.101.137,42
Ingressos Extraorçamentários	281.625,00	113.490,72
Transferências Financeiras Recebidas	387.873.527,10	324.802.483,41
Arrecadação de Outra Unidade	326.028,63	185.163,29
DESEMBOLSOS	-378.673.433,05	-319.420.784,52
Pessoal e Demais Despesas	-180.922.425,70	-157.119.777,49
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-997.447,75
Previdência Social	-56.814.349,03	-56.611.248,60
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-299.080,11	-
Cultura	-6.190,24	-2.253,90
Direitos da Cidadania	-123.466.859,28	-99.432.693,63
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-252.307,80	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-82.519,94	-70.399,92
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-5.239.385,70	-6.009.363,09
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-5.239.385,70	-6.009.363,09
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos Operacionais	-192.511.621,65	-156.291.643,94
Dispêndios Extraorçamentários	-85.337,75	-113.414,77
Transferências Financeiras Concedidas	-192.414.585,58	-156.141.750,46
Valores Compensados	-	-8.209,11
Demais Pagamentos	-11.698,32	-28.269,60
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-6.910.968,11	-5.444.468,79
INGRESSOS		
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS		
Aquisição de Ativo Não Circulante	-6.910.968,11	-5.444.468,79
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-6.910.968,11	-5.444.468,79
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS		
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS		
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.942.104,22	405.464,68
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	37.750.288,86	36.991.969,99
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	40.692.393,08	37.397.434,67

1.8 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS E CRITÉRIOS CONTÁBEIS

A FUNAI adota os critérios contábeis baseados nas normas contábeis estabelecidas pelo PCASP:

a) Moeda funcional

A moeda funcional da FUNAI é o Real.

b) Caixa e equivalentes de caixa

A conta Caixa e Equivalentes de Caixa compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

c) Créditos a curto e longo prazo

Os créditos de curto prazo compreendem os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis até doze meses da data das demonstrações contábeis.

O “Ativo Realizável a Longo Prazo”, de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, corresponde a valores de bens, direitos e despesas antecipadas realizáveis dentro dos doze meses seguintes à data de publicação das demonstrações contábeis.

d) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção e ficam sujeitos à depreciação ou amortização, bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição ou construção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros, conforme características de cada Ativo. Os procedimentos contábeis estão descritos no Manual Siafi macrofunção 02.03.30 e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

e) Depreciação de bens móveis e intangíveis

A base de cálculo para contabilização da depreciação e da amortização é o custo do ativo imobilizado. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional e o método utilizado é o das **quotas constantes**. *Manual Siafi, Macrofunção: 02.03.30 - Depreciação, Amortização e Exaustão na Adm. Dir. União, Aut. e Fundações*.

f) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A vida útil é definida com base no laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis, conforme *Manual Siafi, Macrofunção: 02.03.30 - Depreciação, Amortização e Exaustão na Adm. Dir. União, Aut. e Fund.*

g) Apuração do Resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário; e
- III. Financeiro.

I. Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, segundo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

II. Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

III. Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do Órgão.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro.

2 NOTAS EXPLICATIVAS – NE's – (1º Trimestre - 2025)

NOTA 01 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

1.1 Caixa e Equivalentes de Caixa – FUNAI

Caixa e Equivalentes de Caixa	FUNAI	
	31/03/2025	31/12/2024
Limite de Saque	39.872.611	36.930.507
Demais Contas	819.782	819.782
Total	40.692.393	37.750.289
 Circulante	39.872.611	37.750.289
Não Circulante	-	-

A disponibilidade de caixa refere-se ao limite de saque com vinculação de pagamento, predominantemente, para custear a folha de pagamento de pessoal. O montante dos recursos de limite de saque de pagamento é oriundo do Tesouro Nacional.

A dinâmica destas contas busca atender demandas diárias de pagamento do Órgão, cuja movimentação varia de acordo com a disponibilização de limites pelo Tesouro Nacional e os pagamentos efetuados por cada Unidade Gestora vinculada.

NOTA 02 - CRÉDITOS A CURTO E LONGO PRAZO

Os créditos de curto prazo compreendem os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis até doze meses da data das demonstrações contábeis

O “Ativo Realizável a Longo Prazo”, de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, corresponde a valores de bens, direitos e despesas antecipadas realizáveis dentro dos doze meses seguintes à data de publicação das demonstrações contábeis.

2.1 Dívida Ativa

Dívida ativa é o conjunto de créditos tributários e não tributários em favor da Fazenda Pública, não recebidos no prazo para pagamento definido em lei ou em decisão proferida em processo regular, inscrito pelo órgão ou entidade competente, após apuração de certeza e liquidez. É uma fonte potencial de fluxos de caixa e é reconhecida contabilmente no ativo. Não se confunde com a dívida pública, uma vez que esta representa as obrigações do ente público com terceiros e é reconhecida contabilmente no passivo.

FUNAI				
Divida Ativa Tributária e Não Tributária	31/03/2025	31/12/2024	AH%	AV%
Dívida Ativa Não Tributária	8.468.022	8.454.041	0%	100%
Subtotal	8.468.022	8.454.041	0%	100%
(-) Ajuste para Perdas	-	-	0%	0%
Total	8.468.022	8.454.041	0%	100%

Circulante - -
Não Circulante 8.468.022 8.454.041

Os valores de Dívida Ativa Não Tributária registrados são históricos, decorrentes de haveres da instituição oriundos de: acerto financeiro com servidor/ex-servidor, resultado de Tomada de Contas Especial - TCE relativa a transferências voluntárias, bem como, pendências financeiras relativas a obrigações contratuais com terceiros.

Houve um aumento irrelevante no 1º trimestre de 2025 em relação ao encerramento do exercício de 2024, devido a novos registros de valores cobrados judicialmente e registrados em dívida ativa.

2.2 Demais Créditos

Referem-se a despesas decorrentes de folha de pagamento de pessoal registrados em contas de natureza transitória; como também, créditos por cessão de pessoal para outras entidades; créditos decorrentes de acertos financeiros com servidor/ex-servidor; créditos decorrentes de descumprimento de cláusulas contratuais.

FUNAI				
Demais Créditos e Valores	31/03/2025	31/12/2024	AH	AV
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	41.206.262	38.799.778	100%	35%
Adiantamento Concedidos a Pessoal	41.590.865	34.670.658	100%	36%
Adiantamento TED	32.158.391	28.158.391	100%	28%
Demais	1.660.967	2.434.726	-32%	1%
Subtotal	116.616.484	104.063.552	12%	100%
(-) Ajuste para Perdas	-	-		
Total	116.616.484	104.063.552	12%	100%

Circulante 74.903.459 63.979.174
Não Circulante 41.713.025 40.084.378

O montante de Adiantamento TED (conta contábil 11.382.38.00) refere-se, predominantemente, às transferências para atender projetos voltados ao atendimento às comunidades indígenas na terra Yanomami. O aumento de R\$ 4.000.000,00 refere-se a uma parcela repassada no 1º trimestre de 2025 referente aos TED's firmados até 31 de dezembro de 2024.

O saldo da conta Depósitos Judiciais Efetuados (Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados - 12.121.06.03) é composto por despesas com indenizações por benfeitorias em terras indígenas, desapropriação de interesse social e constituição de reserva indígena. Assim, a variação de 2.406.484,00, no primeiro trimestre de 2025, se deu em razão de efetivação de depósito para cumprir determinação judicial.

NOTA 03 - IMOBILIZADO

3.1 Imobilizado

Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

A reavaliação de bens móveis deve ocorrer em cumprimento à Resolução CFC 1.137/2008 que aprovou a NBCT 16.10, bem como, a Macrofunção SIAFI 02.03.35 (reavaliação e redução ao valor recuperável).

No entanto, historicamente, os bens móveis não vêm sofrendo registro de reavaliação por parte das unidades gestoras.

Cabe acrescentar que foi instituído um Plano de Regularização Patrimonial (PRP) que tem por objetivo propor procedimentos e cronogramas visando à regularização patrimonial das unidades da Funai, contemplando a análise dos riscos e desafios para sua implantação e para execução das atividades relacionadas à gestão patrimonial no âmbito desta Fundação, que teve início com a capacitação de servidores e formação de grupo de trabalho para início das atividades.

FUNAI		
Imobilizado	31/03/2025	31/12/2024
Custo	408.043.887	327.630.665
(-) Depreciação	109.816.563	107.540.348
(-) Redução ao Valor Recuperável	-	-
Bens Móveis	298.227.324	220.090.317
Custo	258.934.987.105	258.933.872.363
(-) Depreciação	439.323	413.377
(-) Amortização	-	-
Bens Imóveis	258.934.547.782	258.933.458.987
Total	259.232.775.106	259.153.549.304
Circulante	-	-
Não Circulante	259.232.775.106	259.153.549.304

A variação do 1º trimestre de 2025 em relação a dezembro de 2024, quanto aos bens móveis, decorre, em parte, de aquisições, bem como, ajustes contábeis necessários à regularização patrimonial após realização de inventário físico em algumas Unidades Descentralizadas. A variação de maior relevância é resultado de lançamentos com valores incorretos no SIADS (Sistema Integrado de Administração de Serviços) com reflexo no SIAFI, já identificado e recomendada a respectiva regularização por parte da Unidade Descentralizada responsável.

Os Bens Imóveis da FUNAI representam 99% do total do ativo, constituído, predominantemente, por fazendas, parques e reservas. A variação do 1º trimestre de 2025 em relação a dezembro de 2024, quanto aos bens imóveis refere-se, na sua maioria, à incorporação de terras Indígenas e incorporação de imóveis de uso especial, registrados no SPIUNET.

NOTA 04 - DEMAIS OBRIGAÇÕES

4.1 Demais Obrigações

As Transferências financeiras a comprovar - TED originaram-se de recursos recebidos pela FUNAI de outros órgãos e que estão em fase de prestação de contas, outra parte, está em fase de aprovação pela concedente.

A variação diminutiva do 1º trimestre de 2025 em relação ao exercício de 2024 refere-se ao registro, por parte da concedente, da comprovação da prestação de contas apresentada.

Os valores registrados em consignações referem-se a tributos, na sua maioria, a folha de pagamento de pessoal, cuja obrigação é regularizada no mês subsequente à sua competência/contabilização.

Demais Obrigações	FUNAI			
	31/03/2025	31/12/2024	AH%	AV%
TED	18.573.200	21.092.808	-12%	49%
Consignações	17.577.271	20.003.408	-12%	47%
Demais	1.402.034	1.116.939	26%	4%
Total	37.552.505	42.213.155	-11%	100%
Circulante	37.552.505	42.213.155		
Não Circulante	-	-		

NOTA 05 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A situação patrimonial líquida é a diferença entre os ativos e os passivos após a inclusão de outros recursos e a dedução de outras obrigações, reconhecida no Balanço Patrimonial como patrimônio líquido. A situação patrimonial líquida pode ser um montante positivo ou negativo.

Integram o patrimônio líquido: patrimônio ou capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, demais reservas, resultados acumulados e outros desdobramentos.

No patrimônio líquido, deve ser evidenciado o resultado do período segregado dos resultados acumulados de períodos anteriores. O resultado patrimonial do período é a diferença entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, apurada na Demonstração das Variações Patrimoniais, que evidencia o desempenho das entidades do setor público.

5.1 Demais Reservas

A reserva de reavaliação compreende a contrapartida dos acréscimos de valor atribuídos a elementos do ativo, apurados pela diferença entre o valor do laudo e o valor anterior (custo original mais eventuais reavaliações anteriores), nos casos permitidos pela legislação vigente.

Consoante as disposições estabelecidas na NBC TSP7 – Ativo Imobilizado, item 44, após o reconhecimento inicial do ativo, a sua mensuração ao longo do tempo deve corresponder ao valor justo na data da reavaliação do bem, diminuída da depreciação acumulada ou da perda por redução ao valor recuperável. Além disso, a referida norma orienta que se o valor contábil da classe do ativo aumentar em virtude de reavaliação, o registro deve ser feito à conta de reserva de reavaliação (item 55). O Órgão Central de Contabilidade implementou uma mudança na forma como essas reavaliações são contabilizadas, resultando no reconhecimento não mais no resultado, mas sim na conta de reserva no Patrimônio Líquido.

O valor registrado no final do exercício de 2024 se manteve inalterado no 1º trimestre de 2025, conforme demonstrativo abaixo.

PL	FUNAI	
	31/03/2025	31/12/2024
Reserva de Reavaliação	151.873.737.799	151.873.737.799
Total	151.873.737.799	151.873.737.799